



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região

## **Ação Civil Pública Cível** **0001267-42.2025.5.23.0009**

### **Processo Judicial Eletrônico**

**Data da Autuação:** 06/12/2025

**Valor da causa:** R\$ 300.000,00

**Partes:**

**AUTOR:** MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

**RÉU:** ESTADO DE MATO GROSSO

**TERCEIRO INTERESSADO:** SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR COM  
HABILITACAO ESPECIFICA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DE MATO  
GROSSO - SINPHESP/MT

**ADVOGADO:** ADRIANE APARECIDA BARBOSA DO NASCIMENTO



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
PJE - PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - 23ª REGIÃO  
9ª VARA DO TRABALHO DE CUIABÁ  
ACPCiv 0001267-42.2025.5.23.0009  
AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO  
RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO

## DESPACHO

Trata-se de Ação Civil Pública Cível movida pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** em face do **ESTADO DE MATO GROSSO**, na qual foi proferida a decisão de Id [f112cf0](#), que concedeu a tutela provisória de urgência cautelar para suspender o escaneamento corporal diário de servidores por meio de equipamentos de raio-x (*body scanner*) até a implementação de medidas de radioproteção.

Sob o Id [a6bbf8e](#), o Ente Público apresenta pedido de reconsideração, sustentando a legalidade e a segurança dos equipamentos utilizados. Argumenta o réu que a suspensão da medida *"gera enorme prejuízo à segurança da unidade prisional e à segurança dos servidores que lá laboram, uma vez que, sem esta medida de segurança, o estabelecimento penal fica ainda mais sujeito à entrada de armas, drogas e telefones celulares"* (Id [a6bbf8e](#) - Pág. 9).

O Estado aduz, ainda, que a fiscalização eletrônica é indispensável para a manutenção da ordem, afirmando que *"interromper o uso do escâner corporal para os trabalhadores compromete gravemente a vigilância da unidade, deixando o presídio vulnerável ao ingresso de materiais proibidos"* (Id [a6bbf8e](#) - Pág. 8), e que a alternativa seria o retorno das revistas manuais, as quais são *"consideravelmente mais invasivas à intimidade dos próprios servidores"* (Id [a6bbf8e](#) - Pág. 9).

Diante da relevância dos fundamentos invocados, que versam sobre a estabilidade do sistema prisional e a segurança pública, entendo imperiosa a prévia oitiva da parte autora antes de qualquer deliberação sobre a modificação da tutela concedida.

Por tais fundamentos, concedo vista dos autos ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**, pelo prazo de 5 (cinco) dias, para que se manifeste especificamente sobre o pedido de reconsideração e documentos que o acompanham (Id [a6bbf8e](#)).

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos para apreciação do pedido de Id [a6bbf8e](#).

CUIABA/MT, 12 de janeiro de 2026.

**WANDERLEY PIANO DA SILVA**

Juiz(a) do Trabalho Titular



Documento assinado eletronicamente por WANDERLEY PIANO DA SILVA, em 12/01/2026, às 18:24:29 - bbbe262  
<https://pje.trt23.jus.br/pjekz/validacao/26011214153915200000043313824?instancia=1>  
Número do processo: 0001267-42.2025.5.23.0009  
Número do documento: 26011214153915200000043313824